

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Empresa contesta PGR sobre navios	2
Título: Força-tarefa vai denunciar cúpula da Vale e mais 13	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Para PGR, Petrobras não deve ser obrigada a abastecer navio	4
Título: Dando um gás	5
Título: O horror do desastre sem fim	6
VEÍCULO: O Globo	7
Título: O novo endereço de Furnas	7
Título: Dodge favorece Petrobras em ação sobre navios iranianos	7
Título: Cinco estrelas	9

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/07/2019

Seção: Internacional

Autor: Marcio Dolzan/RIO**Título: Empresa contesta PGR sobre navios**

Exportadora que contratou cargueiros de Irã critica manifestação de Raquel Dodge, favorável a que embarcações não sejam abastecidas

A exportadora Eleva Química, que contratou os dois navios cargueiros com bandeira do Irã que aguardam para abastecer no Porto de Paranaguá, no Paraná, contestou ontem a posição da Procuradoria Geral da República (PGR) sobre o caso.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF), na noite de sexta-feira, manifestação favorável à suspensão de uma decisão judicial liminar que obrigou a petrobrás a fornecer combustível às embarcações iranianas. A estatal se nega a abastecer os navios, pois teme sofrer punições dos Estados Unidos, que vêm impondo sanções ao Irã.

A Eleva Química, cujo nome vinha sido mantido em sigilo, pois o processo no Tribunal de Justiça do Paraná estava em segredo, teve seu nome revelado na manifestação de Dodge, publicada no site da PGR. A empresa brasileira disse "estranhar" o teor da manifestação da PGR e voltou a alertar para os riscos na demora da liberação do navio, citando a "iminência de uma crise humanitária".

Desde o início do impasse, a exportadora diz que não tem fornecedores alternativos de combustível e alega que, como levará alimentos (milho) ao Irã, as sanções dos Estados Unidos não se aplicariam. Já a petrobrás vem dizendo que teme ser retaliada em suas atividades no mercado americano, onde atua, e garante que não é a única fornecedora.

O impasse foi parar no Judiciário e o presidente do STF, Dias Toffoli, suspendeu uma liminar do Tribunal de Justiça do Paraná que havia obrigado a petrobrás a fornecer o combustível. Segundo os advogados da Eleva Química, Toffoli pediu manifestações da Advocacia Geral da União (AGU) e da PGR para decidir. O caso deve ser julgado pelo plenário do STF, que só retorna às atividades em agosto.

Na manifestação da PGR, Dodge afirma que a Eleva Química não provou ter direito subjetivo de comprar o combustível da petrobrás e que possui alternativas para adquirir o produto de outros fornecedores. Além disso, existiria uma questão de ordem pública envolvida na ação e que foi demonstrada pela União por meio do Itamaraty, que são as relações diplomáticas estabelecidas pelo Brasil e poderiam ser afetadas pela medida judicial.

Conforme a nota divulgada pela exportadora ontem, além dos danos à carga, a permanência dos navios no Porto de Paranaguá pode resultar em problemas ambientais e colocar em risco a saúde dos tripulantes das embarcações.

"A empresa exportadora brasileira estranhou o parecer da Procuradoria Geral da República (PGR), pois já é de notório conhecimento que não existem sanções possíveis ao comércio de alimentos e remédios e a carga do navio é exclusivamente de milho", diz a nota.

"A demora num desfecho para o caso gera o risco de uma grave crise ambiental no Porto de Paranaguá pelo fato de a carga conter níveis elevados de conservantes para manter sua integridade durante a viagem. Há também a iminência de uma crise humanitária, já que há 50 tripulantes a bordo confinados há um mês e meio", prossegue a nota da Eleva Química.

Ainda segundo a empresa, a falta de combustíveis deixará os navios à deriva, podendo causar danos à navegação, aos tripulantes, a outras embarcações e, no extremo, até fechar o porto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/07/2019

Seção: Metrópole

Autor: DANIEL BIASETTO

Título: Força-tarefa vai denunciar cúpula da Vale e mais 13

Além do então presidente, diretor-técnico e engenheira responsável estarão na lista que será oferecida à Justiça em 90 dias

A força-tarefa do Ministério Público que investiga a tragédia causada pelo rompimento da barragem de rejeito de minério B1, em Brumadinho, vai denunciar até 15 pessoas pelos crimes de homicídio com dolo eventual, lesões corporais graves e danos ambientais. São elas o presidente Fábio Schvartsman e o diretor-executivo da Vale, Peter Poppinga, ambos afastados, a responsável técnica pela barragem, Cristina Malheiros, e outros 10 empregados da mineradora. Outros dois funcionários da alemã TÜV SÜD, empresa responsável pelo laudo de segurança e estabilidade, completam a lista.

— As evidências são claras, há provas muito contundentes de que a situação de risco era conhecida, sem contar a relação promíscua entre a empresa de auditoria e a auditada — afirma uma fonte da força-tarefa que prepara a denúncia.

O Globo apurou que a denúncia será oferecida à Justiça num prazo de 90 dias, tão

logo sejam finalizados os laudos periciais e a revisão das mídias apreendidas nas operações de busca e apreensão e quebras de sigilos.

Durante o trabalho de investigação da força-tarefa formada pelo Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Polícia Civil e Polícia Federal, além das comissões parlamentares de inquérito do Congresso e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mais de 500 pessoas foram ouvidas e milhares de mídias eletrônicas foram recolhidas para análise. Hoje, dez policiais trabalham na obtenção de mais informações que possam servir como provas.

— O uso de documentos falsos na apresentação da declaração de condição de estabilidade, os chamados DCEs, não deixa dúvida quanto à negligência da mineradora e da empresa contratada para fazer a auditoria da barragem — diz o delegado da Polícia Federal responsável pelo caso, Luiz Augusto Pessoa Nogueira.

O crime de falsidade documental a ser apresentado na denúncia, no entanto, pode se tornar uma "pedra no sapato" da força-tarefa e abrir uma disputa pela competência do caso entre os Ministérios Públicos federal (MPF) e estadual. Há um entendimento de que, por ter sido enviada a um ente federal, no caso a Agência Nacional de Mineração (ANM), a declaração de estabilidade feita pela TÜV SÜD à Vale deixaria a competência da denúncia ao MPF. A disputa pelo oferecimento da denúncia poderia chegar em instâncias superiores, o que acabaria atrasando o processo penal.

Famílias das vítimas temem uma judicialização do caso como aconteceu com Mariana em 2016, marcada por uma queda de braço entre os MPs, o que atrasou a conclusão do processo.

Os coordenadores da força-tarefa dos MPs, José Adércio Leite Sampaio (federal) e Andressa Lanchotti (estadual), negam que haja qualquer disputa pela denúncia.

Procurada, a Vale disse que as causas do rompimento ainda estão sendo investigadas e que tem apresentado todos os documentos e informações solicitados e, "como maior interessada na apuração dos fatos, continuará contribuindo com as investigações."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/07/2019

Seção: Mund9

Autor:

Título: Para PGR, Petrobras não deve ser obrigada a abastecer navio

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, opinou pela suspensão da decisão liminar que obrigaria a Petrobras a fornecer combustível a duas embarcações iranianas no porto de Paranaguá, no Paraná, conforme manifestação enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF), instância na qual o caso deve ser decidido.

Para a PGR, a Eleva, responsável pela carga dos navios, “não provou ter direito subjetivo de comprar o combustível da Petrobras”.

‘Além disso, existe uma questão de ordem pública envolvida na ação e que foi demonstrada pela União por meio do Itamaraty, que são as relações diplomáticas estabelecidas pelo Brasil e que poderiam ser afetadas pela medida pretendida na esfera judicial”, acrescenta.

Os navios buscam exportar milho para o Irã após terem trazido ureia para o Brasil. A Petrobras se recusou a vender combustível às embarcações devido ao embargo imposto pelos EUA pelo programa nuclear iraniano.

Em nota, a Eleva diz que “estrANHou” o parecer da PGR, alegando ser de notório conhecimento a impossibilidade de sanções possíveis ao comércio de alimentos e remédios e reiterando que a carga era “exclusivamente de milho”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Dando um gás

Painel S.A.

O governo vai avançar na terça (23) em seu plano de abertura do mercado de gás — o “choque de energia barata” do Ministério da Economia. Ainda é difícil estimar o impacto para o consumidor, diz Décio Oddone, diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). “O mercado vai se encarregar de estabelecer os valores, é dinâmico. Qualquer previsão de redução tem que levar em conta a volatilidade, depende de preço de commodity, de câmbio.”

Na prática

Caberá aos estados optar pelas diretrizes recomendadas pela ANP, que quer uniformizar a regulação para tomar o mercado competitivo e quebrar o monopólio da Petrobras. A distribuição de gás hoje é regulada por cada estado.

Quem privatizar, poderá acessar mais recursos da União. “Eles não são obrigados. Vão aderir se quiserem.”

PowerPoint

Entusiasta das mudanças, Oddone trabalha com estimativas de R\$ 2 trilhões de investimentos em dez anos no setor de óleo e gás. A cifra faz parte de apresentação que ele levou em recente audiência na Câmara.

Pêndulo

Na indústria, a expectativa é pela redução de custos, embora possa haver resistência de distribuidoras. Para Percival Amaral, sócio da Ecom Energia, o preço para o mercado industrial cairá só a médio prazo.

Suspense

“É uma mudança regulatória. Haverá questões que podem envolver até indenizações”, diz Rafael Baleroni, do escritório Cescon Barrieu.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/07/2019

Seção: O País

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO

Título: O horror do desastre sem fim

Seis meses depois do rompimento da barragem, operação ainda busca vítimas em meio ao medo

FOTOS

PABLO JACOB

O mar de lama está seco. Em seu lugar há poeira e pilhas de rejeito de minério de ferro. Milhares delas, entremeadas por destroços de prédios, locomotivas e caminhões, amassados como bola de papel. É nessa zona de terra arrasada de quatro milhões de metros quadrados que acontece a maior operação de resgate do mundo, a busca às vítimas do rompimento da barragem de rejeito de mineração da Vale, em Córrego do Feijão, em Brumadinho. As 12h28m da próxima quinta-feira, dia 25, se completam seis meses do desastre, cuja brutalidade ainda impressiona a cada dia os bombeiros. O trabalho sem precedentes já levou à identificação de 248 vítimas, mas 22 pessoas permanecem desaparecidas, numa luta contra o tempo. Por dia, 150 bombeiros e mais de cem máquinas trabalham nas buscas.

O impacto da onda de mais de 10,5 milhões de metros cúbicos de rejeito, 15 metros de altura e velocidade de 75 km/h produziu um desastre que legistas classificam como grotesco ao destroçar corpos e espalhá-los por uma área vasta. É a violência do desastre, que parentes de vítimas denunciam agora em busca de justiça. Famílias de vítimas mutiladas — a maioria dos mortos teve o corpo destruído — decidiram contar seu drama por temer que os responsáveis fiquem impunes, se a brutalidade do desastre não for reconhecida.

Outra reportagem deste especial sobre o desastre revela que a força-tarefa que investiga a responsabilidade pelo rompimento da barragem vai denunciar até 15 pessoas pelos crimes de homicídio qualificado com dolo eventual, lesões corporais graves e danos ambientais. Entre eles estão membros da cúpula da Vale. O Ministério Público já ouviu mais de 90 testemunhas e estima ainda que ao menos cem pessoas sofreram ferimentos significativos, incluindo amputações.

A onda de Brumadinho gerou uma tsunami de reservatórios interditados, a maioria deles da Vale e em Minas Gerais. Das 56 barragens interditadas, 22 estão em emergência, quase todas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Quatro delas encontram-se em risco iminente de rompimento. Outra reportagem mostra como vivem as pessoas nas zonas de risco, expulsas de casa e sem definição sobre o futuro.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: O novo endereço de Furnas

A direção de Furnas bateu o martelo sobre a mudança da sede atual da empresa, na Rua Real Grandeza, em Botafogo. A subsidiária da Eletrobras seguirá seu trabalho no nº 26 da Av. Graça Aranha, no Centro. É o prédio que anos atrás foi ocupado pela Vale do Rio Doce.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/07/2019

Seção: O Mundo

Autor:

Título: Dodge favorece Petrobras em ação sobre navios iranianos

Itamaraty alegou possível prejuízo a relações com EUA; empresa que fretou embarcações para exportar milho contesta parecer

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, deu na noite de sexta-feira um parecer favorável à Petrobras na disputa com a empresa brasileira Eleva Química Ltda, responsável pelos dois navios iranianos que estão parados desde junho a cerca de 20km do porto de Paranaguá (PR) e que não podem zarpar porque a estatal se recusa a abastecê-los.

Dodge afirmou que a Petrobras não deve ser obrigada a fornecer combustível às embarcações porque haveria alternativas — o que a Eleva contesta — e cita um argumento do Itamaraty de que o abastecimento dos navios poderia causar prejuízo às relações com os EUA. A Petrobras alega que poderia ser alvo das sanções americanas contra o Irã.

O sigilo do processo foi levantado, o que permitiu que a Eleva, que fretou os dois navios para operações de importação de ureia, um fertilizante agrícola, e exportação de milho —a troca comercial mais comum entre Brasil e Irã — se manifestasse. Em nota, a empresa afirmou que ela será a compradora do combustível e que, portanto, não há risco de que a Petrobras seja alvo de sanções.

A estatal alega que os navios Termeh e Bavand estão na lista da Agência de Controle de Ativos Estrangeiros dos EUA (Ofac, na sigla em inglês), responsável por aplicar medidas contra agentes estrangeiros.

O Bavand já foi carregado com 50 mil toneladas de milho, mercadoria que está lacrada e fumigada nos porões da embarcação, “com autorização de todas as autoridades brasileiras competentes e passe de saída”, disse a Eleva. O Termeh aguarda para receber outras 50 mil toneladas.

“A demora num desfecho gera o risco de uma grave crise ambiental no Porto de Paranaguá pelo fato de a carga conter níveis elevados de conservantes para manter sua integridade durante a viagem. Há também a iminência de uma crise humanitária, já que há 50 tripulantes a bordo confinados há um mês e meio no local sem poder desembarcar. Isso sem falar que a falta de combustível deixará os navios à deriva”, afirmou a Eleva.

O Irã é o destino de um quinto do milho brasileiro exportado. O comércio bilateral é superavitário para o Brasil em US\$ 1,27 bilhão. A Eleva conseguiu três liminares no TJ do Paraná para garantir o abastecimento, mas a Petrobras recorreu ao STF, que recebeu o parecer de Dodge.

A procuradora-geral alega que a empresa “não provou ter direito subjetivo de comprar o combustível da Petrobras e possui alternativa para adquirir o

produto de outros fornecedores” A Eleva afirmou que os navios dependem do combustível IFO 380, monopólio da Petrobras.

A empresa lembrou que o comércio de produtos agrícolas não está incluído nas sanções americanas, e contestou o argumento da Petrobras de que a importação de ureia estaria sob sanções, afirmando que comprou o produto de uma empresa iraniana que não consta da lista de sancionados pelos EUA.

O Irã não está sob sanções da ONU, as únicas que o Brasil é obrigado oficialmente a adotar, mas os EUA estabeleceram as ditas sanções secundárias, que afetam terceiros. Quem mantiver relações comerciais com as empresas e pessoas incluídas na lista de sanções pode ser alvo de retaliações.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Lauro Jardim

Título: Cinco estrelas

Pressionada pelo governo de Minas Gerais para desembolsar uma reparação bilionária pelo acidente de Brumadinho, a Vale tem outros planos. A empresa vem dizendo ao governo Romeu Zema que estuda investimentos industriais de mais de R\$ 1 bilhão no estado. Decidiu também bancar um projeto turístico em Brumadinho. Algumas iniciativas estão definidas. A Vale vai erguer um hotel de cinco estrelas perto do Museu Inhotim (o empreendimento será operado por uma rede internacional). Fará também o que batizou internamente de um "corredor ecológico" de 32 quilômetros entre Inhotim e Brumadinho. E reativará na região a locomotiva a vapor —a "Maria Fumaça" —para ligar o museu e a cidade. A propósito, o número de turistas que visitam Inhotim está voltando ao normal. Em janeiro, foram 33 mil. No mês seguinte, caiu para 6 mil visitantes (o desastre foi em 25 de janeiro). Neste mês, 25 mil pessoas estiveram lá até quinta-feira passada.

MME / ASCOM .